

PARA ALÉM DA POLÍTICA PÚBLICA: REFLEXÕES EM TORNO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA¹

*Keila Lúcio de Carvalho*²

Resumo: Este trabalho versa sobre a economia solidária no contexto de relações capitalistas de produção, consumo e apropriação do trabalho. Em particular, centra-se no estudo dos limites e possibilidades da articulação da economia solidária no sentido de promover práticas de sociabilidade diferenciadas das relações sociais predominantes. Para viabilizar tal análise, foi realizado um estudo em uma cooperativa de trabalhadores rurais, localizada no estado do Rio de Janeiro. O estudo abordou essas questões, bem como o fenômeno da precarização das condições de vida em geral.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativa de Trabalhadores Rurais. Precarização do Trabalho.

Abstract: This paper is about the solidary economy in the context of capitalist relations of production, consumption and work appropriation. In particular, it focus on the study of the limits and possibilities of articulation of the solidary economy to promote practices of sociability differentiated of the social relations prevailing. To make such analysis possible, a study was realized in the rural workers cooperative, located in the state of Rio de Janeiro. The study approaches these questions, as well as the phenomenon of precariousness of the living conditions in general.

Keywords: Solidary Economy. Rural Workers Cooperative. Precariousness of Work.

¹ Este artigo é uma adaptação do trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil.

² Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).

Em linhas gerais, o presente artigo versa sobre a economia solidária no contexto das relações sociais capitalistas. Mais especificamente, o objetivo proposto consiste em analisar os limites e possibilidades das experiências de economia solidária no sentido de promoverem práticas de sociabilidade que sejam diferenciadas em relação às relações capitalistas predominantes. Sugere, assim, uma reflexão sobre a realidade da economia solidária em três níveis reivindicados por este movimento: a economia solidária como geração de trabalho e renda, como promoção de solidariedade entre os indivíduos e, por fim, como protótipo de implante socialista (Singer, 2002). Além de uma discussão de ordem mais teórica, o artigo apresenta um estudo de caso em uma cooperativa organizada em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, este estudo apresenta algumas reflexões a propósito da investigação realizada em uma experiência cooperativa – a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentados de Ilha Grande e Che Guevara (Cooperprocic) – que, apesar de não se reivindicar como “economia solidária”, apresenta alguns aspectos que a aproximam deste movimento³. De todo modo, contudo, as cooperativas populares são hoje “conduzidas” pelo movimento da economia solidária e as políticas para este segmento integram a economia solidária no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ou seja, as políticas públicas da economia solidária

³ Opta-se, neste estudo, por não incluir o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB) porque, neste caso, existe um grau maior de complexidade que talvez não permita afirmar que este movimento, em seu conjunto, reivindica a economia solidária. No próprio sítio do MST, a economia solidária não aparece dentre as bandeiras do movimento. Ainda que em existam algumas aproximações pontuais que dependem, em certa medida, da região de incidência e das referências políticas locais, não existe uma identificação de fato. Por outro lado, os organizadores do Atlas da Economia Solidária identificam o MST/CONCRAB como um dos articuladores da Economia Solidária, ao lado de entidades como ANTEAG e UNISOL.

incidem direta e indiretamente sobre as diferentes modalidades de cooperativismo e associativismo, mesmo sobre aquelas que não se autodenominam “economia solidária”. Desta forma, a cooperativa estudada, ainda que não reivindique o projeto da economia solidária, é direta e indiretamente afetada pela própria economia solidária como política pública, seja por seu movimento, seja por sua institucionalidade. Assim, a pesquisa aqui proposta buscou compreender os limites e possibilidades de articulação dessa experiência no sentido de constituir práticas de sociabilidade distintas das relações sociais capitalistas predominantes.

O interesse em desenvolver uma investigação dessa natureza se relacionou a uma motivação de ordem empírica, na tentativa de buscar, na realidade cotidiana de uma experiência concreta, alguns elementos a serem acrescentados à análise dos processos cooperativos e da economia solidária na sociedade contemporânea⁴.

O trabalho de campo foi realizado no mês de junho de 2008. Naquela época, a cooperativa ainda era embrionária: encontrava-se legalizada, possuía alguns instrumentos para produção adquiridos coletivamente e um pequeno fundo de capital, oriundo de quotas pagas por seus membros. A produção estava voltada para as transformações industriais sobre a cana de açúcar – cachaça e açúcar mascavo.

O interesse em retornar a este objeto se deve a algumas razões que, embora distintas, se complementam. Primeiramente, se deve a uma avaliação de que muito do material acumulado pelo trabalho de campo não foi trabalhado naquele momento. Em segundo lugar, a ideia de retomar a este estudo se sustenta na possibilidade de acrescentar a estas reflexões uma análise que permita enfatizar ângulos pouco ou não explorados⁵.

⁴ A ideia de realizar um estudo na Cooperprocic emergiu em ocasião da realização do trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais.

⁵ Estas observações se tornaram mais claras após a conclusão da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa buscou compreender

É evidente que hoje a Cooperproci vive outro momento. Entretanto, mais importante que “atualizar” as informações recolhidas e analisadas em campo, é compreender, à luz de novos elementos teóricos, os significados em torno daquele empreendimento coletivo. Ou seja, para além dos desenvolvimentos da cooperativa daquela época até hoje, o interesse deste artigo consiste em resgatar elementos pouco explorados e aprofundados, com as devidas precauções para não cristalizar os dados de análise ou, até mesmo, a experiência em si.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram realizadas entrevistas e utilizado o método da observação participante. O fato de ser uma universitária, com certa experiência em cooperativas populares, foram elementos que favoreceram a expectativa, por parte dos membros da cooperativa, de uma postura ativa de minha parte. Era esperado que a pesquisa desenvolvida exercesse uma função útil e positiva à cooperativa. A observação participante incluiu encontros e discussões sobre a cooperativa no assentamento. Também foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com os trabalhadores.

Antes de analisar os resultados da pesquisa, serão apresentadas algumas referências teórico-conceituais como forma de refletir tanto sobre a economia solidária como política pública quanto sobre as contribuições de Paul Singer no que se refere à possibilidade das experiências de economia solidária se constituírem como “implantes socialistas”.

A economia solidária no Brasil

A economia solidária se desenvolveu no país a partir da articulação de diversos sujeitos sociais – tradicionalmente relacionados à “esquerda” brasileira – em atividades reunidas no

como o conceito de autogestão vem sendo caracterizado na atualidade e, em especial, sua atual conformação como fundamento para o movimento da economia solidária. Cf. Carvalho, 2011a.

I Fórum Social Mundial (FSM). A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. A criação da SENAES, “fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva”⁶, foi um marco importante para o movimento. A secretaria é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e possui o objetivo de “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”⁷.

Segundo a base conceitual apresentada pelo MTE, a economia solidária se configura como uma resposta dos próprios trabalhadores às transformações atuais do mundo do trabalho. Estas respostas são caracterizadas por iniciativas econômicas (organizações coletivas sob a forma de autogestão, a partir da produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário) e solidárias (empresas de autogestão, associações, cooperativas e grupos informais de produtores ou prestadores de serviços, individuais e familiares, que realizam em comum a compra de insumos, comercialização

⁶ Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>. Acesso em: 12 mar. 2010.

⁷ Poucos meses após o início do governo Dilma Roussef (PT), foi encaminhado, como iniciativa do próprio governo federal, o Projeto de Lei (PL) n. 865 de 31 de março de 2011. Esse PL altera a Lei nº 10.683/2003 – que criou a SENAES – e, especialmente, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Isso implicaria na extinção da SENAES e, a princípio, transferiria o Conselho Nacional de Economia Solidária para o interior desta nova Secretaria. O lançamento deste PL caiu como um “balde de água fria” no movimento da economia solidária no país. Em finais de agosto do referido ano (2011), foram retiradas as atribuições da economia solidária do PL 865. Por ocasião do lançamento do PL, foi criado um Grupo de Trabalho da Economia Solidária, com o objetivo de se constituir como um canal de diálogo permanente sobre as políticas públicas do setor.

ou processamento dos produtos). Como se pode perceber, dada a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos, o projeto da economia solidária é caracterizado tanto por teoricamente abranger uma ampla gama de experiências quanto por, na prática, incorporar experiências pontuais pragmáticas, que vão além do leque apresentado em suas concepções, na tentativa de delimitar seu corpo teórico e prático (Carvalho, 2011b)⁸.

Enquanto política pública, a economia solidária se insere no MTE através do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Segundo sítio próprio⁹, a implementação da economia solidária como política pública se insere em um contexto de transformações do mundo do trabalho, “que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado”. Considera ainda que, “ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda”.

Ainda segundo o referido sítio, a economia solidária deve se configurar como uma estratégia de desenvolvimento, alternativa ao modo de produção capitalista. Ainda que seja o resultado – direto e indireto – das conseqüências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, a economia solidária deve ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas. Ou seja, parte-se

⁸ Segundo o mapeamento da economia solidária, realizado em 2005 e 2007, foram cadastrados quase 22 mil “Empreendimentos Econômicos Solidários”, que envolvem aproximadamente um milhão e setecentos mil trabalhadores. Estima-se ainda que estes indicadores não deem conta do número real desses empreendimentos, pois afirma-se que, por terem mapeado pouco mais da metade dos municípios, o número de empreendimentos estimado seria ainda maior. (Carvalho, 2011b).

⁹ Retirado de: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>. Acesso em 25 mai. 2011.

do princípio de que a economia solidária deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico (a finalidade econômica) com a ideia de desenvolvimento humano. A perspectiva da economia solidária como estratégia de desenvolvimento também está presente nos escritos do professor Paul Singer, principal teórico e militante, além de ser Secretário Nacional de Economia Solidária.

Uma questão central abordada por Singer se refere à transformação da economia solidária em um modo de produção intersticial, ou seja, “inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo”, mas, ainda assim, como uma forma abrangente de organização da economia e da sociedade. Demonstra a necessidade de que a economia solidária deve se agregar “num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejarem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente” (Singer, 2002, p. 116).

Partindo de sua defesa dos “implantes socialistas”, o autor afirma que “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (Singer, 2002, p. 112). Esses seriam, segundo o pensamento de Singer, os fundamentos para a constituição de um novo projeto de desenvolvimento.

Nesse sentido, a economia solidária teria como importante tarefa, no interior do capitalismo, a de realizar um desenvolvimento humano, constituindo-se, assim, como uma alternativa *moralmente superior* ao capitalismo. Assim, são as contradições do capitalismo que criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. A economia solidária se configura como uma dessas organizações que, segundo Singer, possui um *caráter essencialmente anticapitalista*.

Por meio da solidariedade, as organizações da economia solidária dispõem de qualidades *subjetivas* que representam vantagens – até mesmo para competição no mercado – em detrimento das empresas tipicamente capitalistas. As qualidades *subjetivas* de desenvolvimento humano através da autorrealização,

autoconfiança e autosssegurança pessoais estão, na esfera coletiva, relacionadas a uma concepção de uma sociedade mais humana, baseadas em valores solidários de cooperação e ajuda mútua.

“Pessimismo da razão, otimismo da vontade”¹⁰: A Cooperprocic

A Cooperprocic foi formada por famílias de dois assentamentos rurais vizinhos, Ilha Grande e Che Guevara, que resultaram no nome da cooperativa. Cabe destacar que, das 132 famílias que compunham os dois assentamentos, somente 20 estavam na cooperativa. As primeiras discussões para a criação da cooperativa tiveram início desde o acampamento, momento da luta pela reforma agrária. Uma das propostas discutidas na época do parcelamento das terras foi a criação de agrovilas, pois possibilitaria um maior contato entre as famílias por construírem suas casas próximas umas das outras. Segundo uma das lideranças desde a época do acampamento, “a formação de agrovilas possibilitaria uma construção política coletiva entre os assentados, o que propiciaria melhores condições para a formação de uma cooperativa nos assentamentos”. Sobre as razões para a criação da cooperativa, foram destacados os seguintes motivos:

A gente aqui não tem comprador para cana, então na cooperativa a gente vai usar a cana para fazer os produtos e tem melhor mercado. Em busca do mercado. A cooperativa surgiu devido a uma necessidade nossa de escoar nossos produtos. (Trabalhadora rural, membro da Cooperprocic).
Eu e (o atual coordenador geral¹¹ da Cooperprocic) fundamos a cooperativa porque a gente quer agregar valor naquilo que a gente tem. Mas aí a gente chama o povo, fica para lá... às vezes as outras pessoas dão

¹⁰ Antonio Gramsci.

¹¹ O termo “coordenador geral” foi a denominação adotada para evitar a ideia de verticalização presente no termo “presidente”.

uma ideia diferente... que não chega a lugar nenhum. O mais importante numa cooperativa, pelo amor de Deus, é a gente agregar valor em tudo o que a gente tem. Os atravessadores chegam aqui e “apanham”. tudo por baixo valor. (Trabalhador rural, membro da Cooperprocic).

A questão da produção é um problema enfrentado por todo o assentamento. Mesmo depois dos parcelamentos de terra para os assentados, a cultura da cana de açúcar ainda é predominante e a agricultura familiar pouco desenvolvida.

Muitos dos entrevistados afirmaram que uma das dificuldades pelas quais passavam naquele momento era o esforço de convencimento, perante outros trabalhadores rurais, de que a cooperativa pode ser a saída para os problemas que enfrentam individualmente.

Então, resolvemos criar um grupo de cooperação, pois a única saída para nós é nos unirmos enquanto podemos nos unir. E começou a discussão, muitas pessoas falaram que não, que não sabemos nada de cooperativas, que vamos arrumar um problema, que vamos ser perseguidos... até que todo mundo concordou. A criação da cooperativa se deu nesse momento, criamos uma quota, e consegui 22 famílias para entrar, entraram comigo, compramos uma caldeira, uma moenda, um alambique, e resolvemos montar uma unidade demonstrativa aqui com o grupo. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocic).

As dificuldades acerca das condições de trabalho e emprego e de vida, de uma forma mais ampla, e o consequente entendimento da cooperativa como um desafio individual e coletivo foram questões apontadas, com maior ou menor intensidade, em todas as entrevistas realizadas. Os trabalhadores viveram momentos distintos desde 1998, quando se deu início a luta pela terra: da união na época do acampamento e do movimento de ocupação, passando

pela individualização através dos parcelamentos dos terrenos e o retorno à experiência coletiva, dado o fracasso individual.

Como nós “vemos” que estávamos ficando para trás, tentamos montar uma cooperativa. O nosso objetivo é o mesmo. Só o modo de nos expressarmos que é diferente. (Trabalhadora rural, membro da Cooperprocic).

Dentre as motivações para a organização coletiva, as dificuldades que enfrentavam sobressaíram nas entrevistas. Apesar de, para a maioria dos cooperados, a motivação ter sido inicialmente dar uma resposta às dificuldades, para o coordenador geral da cooperativa, que tem experiência de militância em movimentos sociais, percebemos que as motivações são menos “defensivas”:

Então é um grupo de experiência. É como um grupo de cooperação, nós estamos retomando a discussão do grupo de experiência para ver se conseguimos pôr em prática. Se é um grupo pequeno, é. Mas é uma iniciativa aqui dentro do assentamento.

Meu sonho é criar cooperativas para contrapor a essa política econômica e tornar sustentável, não ficar amarrado a projetos e sim ter autonomia. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocic).

Embora exista esta diferença, acreditamos que o processo cooperativo vem desenvolvendo, pelo menos na experiência aqui analisada, um exercício de conscientização e que, mesmo não sendo, a princípio, o motor do processo de criação da cooperativa, vai se revelando gradualmente.

Nós estamos abandonados à própria sorte e nós estamos apostando em “consumir a nossa produção”, pois a cooperativa vai agregar mais valores. Nós estamos esquecidos no meio do nada. (Trabalhador rural, futuro membro da Cooperprocic). A cooperativa

vai ajudar muito o Assentamento. Aqui não tem nada.
(Trabalhadora rural, futura membro da Cooperproic).



Figura 1 – Estrada principal do Assentamento Che Guevara

A sensação de estarem “esquecidos” parece também estar presente em outros trabalhadores entrevistados. Um momento interessante é quando ressaltam a solidariedade, entendida como valor a ser desenvolvido junto a outros trabalhadores que se encontram na mesma situação de precarização das condições de vida:

Sempre ficamos para trás, então temos que mostrar que não somos tão “por baixo” quanto pensam. Para nós não ficarmos tão esquecidos, montamos a cooperativa, que para mim é um avanço. Quando você “tá” lá no fundo do poço ninguém te dá a mão, mas eu quero ver que todo mundo é uma só família, e por achamos que somos uma só família, que nós abrimos as portas a todos que quiserem se associar. Não é porque somos “jogados fora”, que vamos “jogar os

outros fora” também não, nós queremos todos juntos.
(Trabalhadora rural, membro da Cooperprocioc).

Interessante também é a relação que o coordenador geral estabelece entre a situação em que vêm enfrentando e o sistema capitalista:

A verdade é que uma coisa “é” *eu* pensar, como *eu* penso para sobreviver nesse sistema capitalista. Se eu compro um trator, tenho que fazer manutenção. Mas eu vou comprar de quem? Eu vou comprar do meu vizinho? Eu vou dar lucro a quem? Então eu fico questionando muito isso. É muito mais fácil usar um burrinho, um aradinho... é estar por fora desse ciclo vicioso do capital que quer só lucro. As pessoas se vendem de uma maneira... fico angustiado porque só se vê isso... “essa coisa de burrinho, de aradinho, está ultrapassado” e você fica sozinho batendo nessa tecla, e não consegue superar essa visão. E também eu não posso chegar para uma pessoa e dizer: “olha você tem que fazer isso”. A gente lida com o povo que não tem essa clareza, acham que é difícil fazer alguma coisa, que está longe da realidade daqui e na verdade não está. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocioc).

Outra análise bastante interessante é feita por ele, em relação à conjuntura e os limites:

A conjuntura fez com que eu recuasse para poder avançar mais à frente. Existe uma preocupação em ocupar latifúndios, mas temos que ter experiências práticas, a sociedade cobra isso da gente. As políticas públicas não têm priorizado as experiências. Tem que dar o peixe pronto ou ajudar a pescar? Eu sou comunista, mas as pessoas do Assentamento não são. O governo Lula nada mais fez que manter as elites. Consegui neutralizar os movimentos. É isso

que vêm acontecendo. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocioc).

Como a cooperativa ainda não havia se inserido nos “circuitos do mercado”, a esperança depositada nela, após anos de lutas, é a grande motivação que não os deixou desistir. Segundo um associado:

Eu já disse, eu, por exemplo, tanto que eu queria, que eu quero, que essa cooperativa ande, que eu tenho outra pessoa aí, que a mulher deu câncer, mas graças a Deus ela melhorou, e ele lá, “tá” lá na Bahia agora, “tá” garimpando, eu paguei a parte dele. Eu paguei a minha e paguei a dele, para poder ele... [o coordenador geral da Cooperprocioc] também pagou parte de alguém aí... Porque estava descapitalizado. Ele pagou parte alguém também. Nós estamos querendo que esta cooperativa resolva, quer dizer, saia do papel, parte para a realidade. É isso que nós estamos querendo. (Trabalhador rural, membro da Cooperprocioc).



Figura 2: Sede administrativa da Cooperprocioc.

Sobre as dificuldades que enfrentam e esperam enfrentar, afirmam:

A gente tem que entender que as realidades são diferentes. Nas cooperativas do Sul, eles faturam milhões, podem liberar militantes. Temos que trabalhar com realidades diferentes. A própria história de Campos mostra dificuldades, como a questão dos escravos, tem a história dos quilombos, mas as pessoas de Campos não gostam de contar essa história.

Lá fora as dificuldades vão ser muito maiores. E o projeto de cooperação não aconteceu também da maneira que eu imaginava, como poderia acontecer. Alguns momentos, algumas vezes, a cooperação foi feita, mas não de uma maneira constante. É uma outra questão que o pessoal tá tendo muita dificuldade, dificuldade de produzir e de cooperação, ainda tem esse PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]... Muitas pessoas que poderiam estar trabalhando assim "tá" procurando emprego. Está esvaziando o assentamento, sem um objetivo comum, é mais difícil de trabalhar. (Trabalhador rural, membro e coordenador geral da Cooperprocic).

A especificidade de se tratar de um contexto agrário, de luta pela terra, de falta de acesso aos recursos mais elementares, tais como hospital, transporte, iluminação pública, escolas, trazem para essa cooperativa dificuldades somadas ao enfrentamento ao mercado. Entretanto, a dificuldade em escoar a produção de seus lotes e a percepção da impotência da individualidade trouxeram a possibilidade da coletividade para essas pessoas. Mesmo a maioria dos associados não trazendo consigo conceitos como "capitalismo", "mercado", "exploração", devemos considerar que, na prática, eles carregam elementos valiosos para a análise desta sociedade.

A motivação inicial para criação da cooperativa, apontada, de uma forma geral, pela dificuldade de produzir e vender as mercadorias de forma "autônoma", nos faz pensar na "exclusão

social” e em que medida estes trabalhadores são realmente supérfluos ao sistema capitalista. A sensação, como nos relatou uma cooperada, de serem “jogados fora”, traz à tona a evidência do abandono social mediante as consequências da recente reestruturação produtiva, que não se resumiu à esfera produtiva urbana. Entretanto, acreditamos que se trata de indivíduos e grupos que, mesmo diante da dificuldade de serem vistos como uma força de pressão com potencial de luta, são cada vez mais numerosos e presentes na sociedade contemporânea.

A construção de novas práticas de sociabilidade e a realidade da precarização do trabalho: dilemas das experiências de economia solidária

O projeto da economia solidária, de forma geral, emerge do conjunto das transformações societárias que se desenvolveram a partir da crise capitalista dos anos 1970. O trabalho foi um importante alvo relacionado a esta série de transformações. A garantia de emprego, através da retórica do “pleno emprego”, foi substituída pela retórica do “emprego flexível” que, por trás da aparente flexibilidade e autonomia, mascara a hegemonização de formas cada vez mais precarizadas: o trabalho temporário, em tempo parcial, informal, a terceirização, que, na realidade, reduzem e até mesmo suprimem garantias e direitos em lei sob o pretexto de reduzir custos ou ainda, reduzir a massa de desempregados, que cresce em níveis alarmantes (Carvalho, 2011b).

A partir da década de 1980 até os dias atuais, a precarização das relações de trabalho, evidenciada em grande parte pelo alargamento da informalidade do trabalho, configurou uma realidade de perdas, precarização e insegurança da existência ainda maior para os trabalhadores. Em alguns casos, novas formas de trabalho foram engendradas com o objetivo de assegurar a sobrevivência e mesclaram a continuidade do trabalho assalariado no país (que não chegou a ser superado) com formas informais e “autônomas” do chamado *subemprego*.

Por outro lado, há concepções que, vislumbrando esta realidade, enxergam, ao invés de precarização e insegurança da existência, formas diversas de opções para os trabalhadores se inserirem em um mercado que oferece alternativas mais “flexíveis” e dinâmicas de trabalho – polivalência, práticas participativas etc. (Tauile, 2009).

Já outras perspectivas veem diversas formas de iniciativas alternativas como uma resposta à insegurança da existência e mesmo à precarização. Embora algumas destas perspectivas apostem que tais iniciativas representam e devam representar uma alternativa ao modelo capitalista, acreditam também que os “modelos alternativos” devem ser compatíveis com o modo de produção capitalista, seja por estarem inseridos neste, seja por conviverem com o mesmo (Singer, 1998, 2000, 2002).

A despeito das teses apresentadas acima, o que se pretende demonstrar é que, mesmo que as práticas e os discursos políticos e ideológicos conformem um “modo de ser” não capitalista, ou seja, novas práticas de sociabilidade, essas experiências são subsumidas à lógica do capital, assim como o são as demais práxis sociais. Por outro lado, a tese apresentada neste artigo não descarta o fato de que, se experiências que apontam a possibilidade de superação da parcialidade da divisão do trabalho se organizarem em um amplo movimento de massas, estas experiências poderiam conformar, sob essas condições, germes em potencial de novas relações sociais.

Assim, a economia solidária apesar de seu caráter bastante heterogêneo – pode ser, resumidamente, relacionada ao seguinte pressuposto: em face às desigualdades sociais, é possível produzir e vender produtos para além do circuito do mercado (capitalista), pois a sociedade atual é plural e permite a convivência de modelos econômicos (e políticos) diversos. A dificuldade de uma demarcação política e ideológica mais precisa do campo da economia solidária traz consigo uma segunda dificuldade. Nos dias de hoje, com a difusão terminológica progressiva, a economia solidária vem representando uma espécie de “fetiche” ideológico, que advém tanto de seu uso indiscriminado quanto da amplitude de sua abrangência para experiências extremamente

frágeis, em que está ausente até mesmo o princípio elementar da solidariedade. Entretanto, tais questões serão, neste trabalho, deixadas de lado e será tomado como pressuposto a existência da economia solidária enquanto movimento que mantém estreita relação com a institucionalidade – tanto por ser compreendida no modelo governamental inaugurado em 2003 quanto por estar inserida na legalidade da economia capitalista.

Uma segunda consideração refere-se ao fato de que deve ser reconhecida a existência de formas de trabalho baseadas em experiências coletivas populares que, entretanto, não podem ser rotuladas como *economia solidária*. Em outras palavras, não se pode ignorar a existência de movimentos que têm como base o trabalho associado, mas, ainda que não pertençam à lógica da economia solidária, também se encontram no dilema de sua inserção inevitável no mercado capitalista – ainda que sua relação, tanto política quanto econômica acerca desse dilema seja também variável, podendo ir desde a plena integração ao capital até a mobilização e resistência ao mesmo.

Não atentar para as especificidades e potencialidades dessas experiências significa cair numa espécie de “fetichismo” da economia solidária, lógica em que incorrem tanto os adeptos da economia solidária quanto aqueles que pretendem refutá-la “pela esquerda”. Especificamente neste último caso, alguns pesquisadores, equivocadamente, identificam o trabalho associado – instrumento histórico de luta e resistência dos trabalhadores contra a exploração de seu trabalho como mercadoria – com a economia solidária. Tal concepção tem inevitavelmente como consequência uma espécie de fetichização do alcance que a economia solidária tem nos dias atuais, tratando quaisquer iniciativas de trabalho associado, independentemente de sua prática social bem como de sua matriz ideológica, em conformidade aos pressupostos da economia solidária. Sobretudo porque a economia solidária se trata mais de uma modalidade de política social impulsionada pela SENAES do que por experiências concretas com uma base social expressiva.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho pretendemos demonstrar o abismo que, desde 2003, vem se colocando entre as pautas políticas e econômicas de governo – em especial, da Secretaria Nacional de Economia Solidária junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – e a realidade concreta dos trabalhadores no ambiente de trabalho “cooperativo”, neste caso, a partir da experiência da Cooperprocioc.

Primeiramente, convém lembrar que contribui para a consolidação da *precarização do trabalho*, através da exaltação da cultura do autoemprego (Barbosa, 2007). Esse processo envolve a desobrigação do Estado na oferta de empregos, o incentivo às atividades informais que reduzem os custos do capital com o trabalho e a incorporação de distintas práticas de trabalho até então consideradas não propriamente capitalistas, por meio de uma diversidade de contratação da mão de obra. Ou seja, a forma do trabalho assalariado amparado por meio da legislação trabalhista, de onde são previstos os direitos sociais, vem sendo substituída por contratos e formas de emprego cada vez mais precarizados (como os trabalhos temporários, a subcontratação de mão de obra e a chamada “terceirização”, a informalidade em geral e, de certa forma, o cooperativismo, em especial, as cooperativas de trabalho). Esse processo de precarização geral do trabalho se relaciona ao fato de que o capital dispõe da tão elogiada *flexibilidade*. Contratos de trabalho e modalidades de emprego mais flexíveis permitem uma ampla gama de opções: facilidade de contratar, demitir, subtrair ou anular direitos. Enquanto isso, por parte do trabalhador, a flexibilidade não garante opções mais “dinâmicas” de inserção no mercado de trabalho, mas significa um enrijecimento de sua condição por meio do aumento da exploração e vulnerabilidade social.

Em segundo lugar, está presente na economia solidária um forte *componente ideológico*. Ao se apresentar como uma alternativa, capaz de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração social, a economia solidária se apresenta como uma política

pública (mas também como movimento, identificado a diversos movimentos sociais) que promove uma manipulação ideológica como forma de garantir consentimento. Tão importante quanto o primeiro aspecto, este segundo componente é o que torna o cumprimento da funcionalidade da economia solidária mais suave e que “dialoga”, de uma forma mais humana, com as necessidades dos mais pobres dentre todos os trabalhadores. Os valores humanistas e morais envolvidos seduzem a tal ponto que a crítica da realidade na qual está inserido o projeto da economia solidária é plenamente prejudicada. Dessa forma, prejudicar a análise crítica da realidade significa comprometer também uma leitura adequada sobre o significado do projeto da economia solidária, concebido no interior do capitalismo e que só tem sentido se inserido nesta realidade.

Entretanto, experiências de trabalho como cooperativas, fábricas recuperadas, associações de produtores etc., sobretudo quando ultrapassam determinada magnitude, não podem ser tomadas *a priori*. O que define tais experiências como algo diferente de simples mecanismo de parte da lógica da acumulação capitalista é justamente seu referencial político e ideológico e sua inserção em um movimento político anticapitalista mais amplo. Pois, se o capitalismo, no início, precisou negar todas as formas não industriais de produção, hoje, ao contrário, necessita se apropriar de tais formas não industriais, como o trabalho escravo, doméstico, cooperativo... Ainda assim, formas de trabalho com um viés anticapitalista ainda dependem, estando no interior da sociedade capitalista, do mercado capitalista.

Assim, apesar de tais experiências participarem do circuito da acumulação capitalista e, com isso, da divisão social do trabalho, da extração de mais valia, da alienação da mercadoria etc., o determinante nesse processo é, ainda que nas atuais condições adversas, a capacidade de resistência e mobilização dos trabalhadores em torno de novas práticas de sociabilidade.

Bibliografia

- BARBOSA, R. 2007. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- CARVALHO, K. 2011a. *Autogestão: do conceito alternativo à economia solidária em tempos de “fim das alternativas”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. 2011b. “Economia Solidária: entre a economia plural e o humanismo político”. In: *O Social em Questão*. Revista do Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ano XIV, n. 25 e 26.
- SINGER, P. 2000. “Economia Socialista”. In: SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____. 1998. “Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo”. In: HADDAD, F. (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes.
- TAUILE, J. R. 2009. *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: Escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.